

“A CULTURA SOMOS NÓS”: INTERFACES ENTRE CULTURA POPULAR E AS POLÍTICAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO¹

Cicera Tayane Soares da Silva-UFRN²

Julie Antoinette Cavignac-UFRN³

Resumo

O presente artigo busca elaborar uma reflexão sobre os impactos da política de patrimonialização nos grupos da cultura popular na festa de Santo, que ocorre na cidade de Barbalha, interior do Ceará. O trabalho aqui apresentado faz parte da pesquisa de doutorado que se encontra em desenvolvimento. A festa a Santo Antônio foi reconhecida no ano de 2015 enquanto patrimônio de natureza imaterial, tendo uma trajetória que remonta ao século XVIII. Ao longo dos anos a festividade passou por grandes modificações, tais mudanças correspondem às funções estéticas, visuais e a forma com que a devoção é vivenciada. Essas tensões são perceptíveis através do momento em que a festa passa a ser reconhecida por seus agentes através da categoria da carnavalização. Assim, percebe-se a classificação do festejo em dois momentos, festa religiosa e festa profana. Nesse cenário, que comporta o sagrado/profano, erudito/popular, modernidade/tradição, as políticas do patrimônio imaterial surgem como uma ferramenta para garantir a preservação da tradição, em virtude de que o processo de salvaguarda busca apoiar a continuidade dos bens tombados. No entanto, chamamos à atenção de forma preliminar para algumas questões que envolvem as políticas de patrimonialização e seus conflitos com os grupos da cultura popular local. Tais questionamentos surgem mediante algumas aproximações preliminares com campo. Assim, qual o papel da patrimonialização para a preservação dos grupos da cultura popular? Como essa política garante a permanência desses grupos em uma festa que tem uma forte agência do mercado? Quem são os agentes envolvidos e como eles negociam suas relações de poder neste espaço? Frente a isso, o trabalho busca pensar os conflitos existentes entre as políticas de patrimonialização e os grupos da cultura popular, ressaltando os processos que levaram a festa a se tornar um marco distintivo para a cultura do Cariri.

Palavras-Chave: Cultura popular. Patrimonialização. Festa. Tradição.

Introdução

A crescente apropriação da categoria do patrimônio, em suas diversas formas - material e/ou imaterial (simbólico), tem chamado a atenção de diversos estudos em

¹Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF

²Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Mestra em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Regional do Cariri – URCA.

diversas áreas. Na antropologia tais preocupações ganharam relevo, sobretudo a partir do século XX, momento em que o conceito de patrimônio imaterial ganhou relevância e atingiu novas proporções. De acordo com a UNESCO, os patrimônios de natureza imaterial compreendem as tradições, expressões orais, artes, rituais, festas e uma infinidade de saberes que atuam na formação indelével de um povo. Através disso, as discussões deixaram de ser exclusivamente sobre os patrimônios de pedra e cal (FONSECA, 2005) e assumiram novas conotações dentro da sociedade. Assim,

A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma característica dos Estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhe é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando à sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos. *Esse é, pelo menos, o discurso que costuma justificar a constituição desses patrimônios e o desenvolvimento de políticas públicas de preservação* (FONSECA, 2005. P. 21. Grifos meus).

Frente a isso, várias manifestações foram reconhecidas enquanto tal e passaram a ocupar lugares privilegiados nas políticas públicas de preservação. Neste cenário, as festas populares ocupam um lugar importante, pois são eventos culturais convertidos em patrimônios de natureza imaterial, e que por isso, necessitam ser preservados.

No artigo proposto, procura-se analisar uma festa que ocorre na cidade de Barbalha, região do Cariri. Passamos a compreender o Cariri como uma região

[...] situada ao Sul do Estado do Ceará, na confluência entre Pernambuco, Paraíba e Piauí, vem atraindo ao longo de sua história, habitantes das mais diversas localidades nordestinas. Este aspecto de convergência torna a região um espaço de afluência que resulta num caleidoscópio de práticas socioculturais, com uma infinidade de saberes, ofícios, celebrações e formas de expressão, formando um caldo composto pelas diferentes faces de uma parcela expressiva da população brasileira (PAZ; SILVA, 2013. P. 159).

A festa de Santo Antônio consiste em um dos eventos mais importantes para a cultura local, disputando espaço com as famosas romarias ao Padre Cícero. Tal acontecimento tornou-se um referencial da cultura popular, reunindo elementos que compõem um imaginário sobre a cultura do Cariri e sua gente.

A “festa do pau” como conhecida começa no final de maio e meados do mês de junho, abrindo o círculo de festas no Cariri. Nesta festa, existe o religioso, no seu aspecto mais tradicional como: missas, procissões, apresentações de grupos populares, celebrações. Do outro lado, existe a parte profana com festas dançantes, rituais que

reúnem comercialização de bebidas e outros. No referido evento, os traços de tradicionalismo são bastante acentuados. No começo da noite se realizam os cultos religiosos em louvor ao Santo Padroeiro: o sagrado; a seguir, há shows para alegria de todos, nos quais poderíamos interpretar como sendo a parte profana da festa.

O evento se inicia com o corte e cortejo do pau da bandeira pelas principais ruas da cidade. Esse momento é considerado pelos brincantes e devotos como sendo o momento mais significativo da festa, pois é hora de hastear a bandeira do santo casamenteiro, anunciando para todo o Ceará que os festejos a Santo Antônio começaram. A abertura da festividade começa oficialmente no último domingo do mês de Maio ou no primeiro domingo de junho. Após sua abertura começa-se a Trezena a Santo Antônio, momento onde são realizadas missas em louvor ao Santo. Durante esse período também há a presença de festividades dançantes, quermesses e apresentações artísticas.

O cenário da festa é composto basicamente pela polaridade entre festejos religiosos e festejos profanos, uma relação baseada entre o sagrado e o profano em constante relação. A narrativa construída em torno dessa distinção altera-se conforme os grupos enunciadores de tais discursos. De um lado, fala-se que a festa vem sofrendo grandes modificações, e conseqüentemente, perdendo os traços culturais que nela existe. Do outro, afirma-se a dinâmica do evento e a importância das mudanças para dar continuidade a tradição já estabelecida.

É neste cenário, composto por elementos distintivos que se unem para compor a festividade a Santo Antônio, que as políticas de patrimonialização surgem com o intuito de "preservar" e "apoiar a continuidade" da festa. Frente a isso, busca-se nesse trabalho analisar os impactos das políticas de patrimonialização, observando o que os agentes sociais dizem sobre isso, como eles compreendem essas apropriações e qual o significado dado às transformações vivenciadas ao longo da história pelos diversos segmentos da sociedade. Assim sendo, iremos opor os discursos realizados pela agência de fomento (IPHAN) e os agentes sociais que participam diretamente da festa. Isso nos fará compreender quais os benefícios e prejuízos advindos com as políticas de patrimonialização e as relações de poder que estão imbricadas nesse processo.

O patrimônio em contexto

Em Barbalha existe um centro histórico. No dia do pau da bandeira suas ruas são tomadas por milhares de pessoas em circulação, barracas comercializam comidas típicas

da região, bebidas são vendidas, pessoas vestem camisas que nos lembram dos famosos abadás do carnaval em Salvador.

As ruas estreitas e íngremes da cidade, com seu calçamento característico de uma comunidade pacata, ganham ornamentações que vão de um extremo ao outro da cidade. Bandeiras e balões nos remetem ao passado das festas juninas. A imagem do santo padroeiro está presente nos postes das avenidas e nas suas ruas estreitas. A intenção de relacionar o presente das festas com a tradição do passado ressalta ainda mais os traços urbanísticos: casas em estilo colonial, cavalos sob o comando de seus montadores, calçadas de pedras arredondadas pelo tempo. Ao mesmo momento em que há naquele espaço imagens do passado, esta se tenciona agora com o moderno: ruas que agrupam milhares de pessoas com os seus diversos estilos, carros que lotam as ruas estreitas da cidade com sons agitando as pessoas que ali estão.

Paralelo a essa imagem dos centros urbanos modernizados, a população participa dos rituais religiosos para cumprir suas obrigações enquanto devoto. Pisar na cidade de Barbalha no dia 26 de Maio de 2018 seria pisar em outro contexto, com inúmeras significações possíveis. O sol às 9 horas e 30 min da manhã estava como de costume, quente. As ruas estavam todas enfeitadas e na igreja do Rosário a festa ganhava materialidade. Chegar naquele local era respirar cenas atípicas do cotidiano. Em frente à igreja, os grupos da cultura popular se organizavam para sair em cortejo pela rua principal da cidade, enquanto isso os mesmos brincavam e dançavam suas tradições, colorindo aquele cenário que já não era mais o mesmo de antigamente. Os sons que saíam das zabumbas, flautas, tambores e das espadas dos mestres se misturavam com os benditos cantados dentro da igreja matriz, que estava completa de fiéis.



Figura 1- Igreja Matriz de Barbalha, 2018.
Fonte elaborada pela autora.

Durante o período em que a festa ocorre à rotina da cidade é alterada, e as ruas que antes abrigavam uma postura calma agora são palco de efervescências e euforias. Esse período permite a população que ali reside, sair de seus patamares rotineiros e abrir margem para um período de transição, onde o indivíduo poderá sair de suas práticas rotineiras e assumir um novo status dentro da sociedade. Ao longo do festejo, a cidade ganha ornamentações, os filhos ausentes que residem em outros lugares voltam para Barbalha a fim de louvar a Santo Antônio, o comércio é aquecido. Tudo isso ocorre em função do ritual festivo, que modifica de forma temporária a estrutura da cidade.

Victor Turner (2013) já afirmava o quanto é importante para a antropologia e para a sociedade esse período de elevação de status, que permite aos indivíduos sair da normalidade e exercer aprendizados que não são possíveis na sua vida rotineira.

Nesse cenário, uma característica marcante é a presença do tempo religioso/tempo sagrado e a forma como eles interagem em um mesmo espaço. Durkheim (1989) afirma que os ritos religiosos não podem coexistir no mesmo espaço físico que os rituais profanos, pois o homem só poderá entrar em contato íntimo com as coisas sagradas depois que se desfazer de tudo que os liga com o profano. No entanto, na festa do pau de Santo Antônio tal questão torna-se contrastiva em virtude do próprio contexto que a mesma acontece.

Poderíamos dividir a festa em dois momentos, o primeiro acontece no dia do cortejo, com o mastro da bandeira sendo carregado e hasteado na igreja matriz, depois

as nove noites que decorrem o evento. No primeiro momento podemos perceber que a relação entre sagrado/profano é uma linha tênue de difícil delimitação.

O cortejo do pau da bandeira antecede os demais eventos que compõe o calendário festivo de Barbalha. No dia do carregamento, os carregadores se reúnem para o sacrifício devocional que envolve o transporte do pau da bandeira pelas ruas da cidade até a sua chegada à igreja matriz. Esse processo começa pela manhã, onde um grupo de pessoas se dirige a zona rural do município para buscar o pau, que descansa em sua cama, a “cama do pau⁴”.

Paralelo a esse ritual, que ocorre na zona rural, na cidade começa-se a organização para receber o pau da bandeira. As pessoas vão chegando com suas famílias, os idosos se dirigem a igreja, os grupos artísticos se apresentam ao longo do dia. Nesse momento fica clara a presença do sagrado através da missa celebrada na igreja, das imagens do santo nas bandeiras que compõe o cortejo. Esse cenário só irá se modificar ao cair da tarde, com a chegada do pau da bandeira.

Por volta das 16h 00min, os brincantes começam a chegar à cidade, nesse momento a geografia da festa é modificada. Se pela manhã as pessoas se reúnem em torno da igreja matriz, com o cair da tarde, elas se agrupam na extensão da rua principal para acompanhar todo o percurso de carregamento até a chegada do pau à igreja. É nesse momento que o sagrado encontra-se em união provisória com o profano.

Ao longo do percurso do carregamento, que se dá na zona rural até sua chegada à zona urbana, a atmosfera religiosa é regida por um verdadeiro clima festivo. O pau, que é considerado como sendo sagrado é carregado sobre os ombros dos homens, que não deixaram suas práticas profanas de lado, pelo contrário, se fazem presentes constantemente. No trajeto, os homens alternam quem carregará o pau nos próximos momentos. O caminho é estreito e íngreme, a participação das mulheres se restringe, quase sempre, a observação e rezas. O uso de bebidas alcoólicas para os homens é indispensável, pois ela faz com que os “homens esquentem seu corpo” para o sacrifício que os espera.

⁴A cama do pau é onde se abriga o pau da bandeira depois que é cortado. O pau fica semanas em descanso para que o mesmo perca líquido, ficando mais leve para o seu carregamento.



Figura 2- Grupo de pessoas se dirigindo ao local do corte do Pau da Bandeira, 2010.

Autor: Maurício Albano

Na imagem acima, fica evidenciado que o ato religioso está para além do sagrado.

Com o cair da noite, as ruas já se encontram totalmente preenchidas por pessoas, carros nas ruelas, tocando diversos ritmos, nas casas residências as pessoas montam seus bares particulares, quatro palcos são instalados nos principais pontos da cidade. Milhares de pessoas que circulavam pelos espaços, os diversos sons que embalavam os jovens no contexto de festa, os figurinos que estavam à mostra nas diferentes pessoas que transitavam pelos espaços, todos esses aspectos eram essenciais para a construção de um novo trânsito na cidade e para uma nova dinâmica que comporta o sagrado e o profano.

Os fogos de artifício sinalizam que o pau está chegando. As pessoas começam a dar passagem ao cortejo, que servirá de mastro para hastear a bandeira a Santo Antônio, anunciando para todo o Cariri que Barbalha está em festa. Nesse momento, grupos de mulheres e homens vestidos de branco, com terços na mão entoam benditos e preces, enquanto o objeto sagrado é carregado por seres profanos em meio às ruas em festa da cidade. As mulheres se aglomeram para pegar, ou até mesmo sentar no pau, pois de acordo com a crença popular, a mulher que fizer isso poderá ter a sorte de um matrimônio.

Não se pode afirmar ao certo onde se finda o sagrado e começa-se o profano. Amaral (1998) afirma que toda festa “refere-se a um objeto sagrado ou sacralizado e tem necessidade de comportamentos profanos”, ou seja, o pau da bandeira é um dos principais símbolos do sagrado, que é agenciado através do profano.

O carregamento do pau busca reafirmar a devoção a Santo Antônio por meio do sacrifício, do sagrado. É um momento ritual que exige o sacrifício, mas não apenas isso. Nesse momento, os indivíduos podem transbordar para fora de si, exercendo práticas que não são possíveis na sua vida cotidiana.

É nesse cenário, marcado por práticas culturais tão distintas, que surge a patrimonialização como ferramenta de preservação, de continuidade, de apoio a cultura. Escolhemos essas cenas de campo, pois acreditamos que elas nos fazem obter uma visualização sobre o contexto de pesquisa e como a categoria da religiosidade e da festa enquanto espetacularização/profano serve de pano de fundo para a preservação do festejo enquanto patrimônio. É nesse contexto que buscaremos problematizar a própria ideia de patrimônio e sua aplicabilidade.

O patrimônio enquanto política

Os anos 70 consistem em um marco para as políticas do patrimônio, nesse momento houve a expansão dos bens ambientais, históricos e, sobretudo, da cultural imaterial. A preservação passou a ser reconhecida não apenas na perspectiva de pedra e cal, mas como um palco para as manifestações culturais, nesse momento também houve a estadualização das políticas de preservação.

No ano de 2015, como já apontado, a presente festa foi reconhecida enquanto um bem de natureza imaterial passível de preservação. Com isso, ficou instituído o compromisso tanto do Estado quanto da população em se comprometer com a salvaguarda. No entanto, esse processo de patrimonialização nos levanta alguns questionamentos: Qual o papel da patrimonialização para a preservação dos grupos da cultura popular? Como essa política garante a permanência desses grupos em uma festa que tem uma forte agência do mercado? Quem são os agentes envolvidos e como eles negociam suas relações de poder neste espaço? O presente ensaio não tem o objetivo de responder a todos os questionamentos, mas ressaltar, sobretudo, as tensões que se fazem presentes nesse campo.

A princípio, as políticas de patrimonialização surgem através da necessidade de preservar um bem antes que o mesmo “desapareça”. Com isso, o Estado assume a responsabilidade de salvaguardar, proteger e repassar as futuras gerações. Nesse panorama, não há como negar o êxito que tais políticas têm desempenhado quando o assunto é a preservação, no entanto, alguns fatos merecem ser problematizados.

Primeiramente, passamos a compreender que as políticas de patrimonialização

atendem a demandas específicas, que necessitam da participação de diversos atores sociais para que a mesma possa ocorrer. Desse modo, enxergamos que existem vários agentes que corroboram para seu funcionamento seja no nível público, privado, nacional e internacional.

Nesse panorama, que abarca a atuação de vários órgãos e a sociedade civil, torna-se interessante pensar que o Estado não seria uma instituição que paira sobre as cabeças dos indivíduos, criando leis que são impostas aos mesmos sem a sua corroboração, pelo contrário, ele seria um projeto ideológico, que conta com o exercício permanente da busca por sua legitimação perante os próprios indivíduos (ABRAMS, 2015). Dessa forma, o Estado seria uma prática política, que visa à subordinação social por meio de sua própria agência. Frente a isso, o Estado se sustenta nos próprios discursos, nas instituições, na forma como as leis são criadas e aplicadas, dentre outras maneiras pela qual o Estado é naturalizado e socialmente aceito por todos.

Pensar nas políticas de patrimonialização e na participação do Estado no meio destas, é, segundo Fonseca (2005) enxergar que o Estado não é uno, mas concebido através da perspectiva da ação, implicando em um campo heterogêneo, conflituoso e burocrático.

Nessa perspectiva, Abrams afirma que o Estado não se daria apenas nas instituições formais, o mesmo conta com seu caráter ilusório e ideológico que faz com que ele possa existir como algo naturalizado pela sociedade. O autor coloca em questão a ideia pela qual o Estado seria apenas um aparelho político estatal, que tem seu funcionamento próprio. De acordo com Abrams, seria necessário compreender as relações que se dão entre o Estado e os indivíduos de um determinado território. Dessa relação resulta a complexidade em compreender o Estado, como um objeto de estudo multifacetado e complexo.

Existe um ponto que é central para compreender o raciocínio do autor e como o Estado se faz presente na nossa vida cotidiana, tal ponto toma como princípio a separação naturalizada do Estado enquanto dimensão política, e o Estado enquanto sua dimensão social. Essa distinção torna-se problemática, pois o Estado não é apenas composto por sua dimensão de cunho social, nem apenas por seu viés político, o mesmo é fruto de processos, que fazem com que o Estado possa ser percebido através do que o Abrams chama de “efeitos de Estado”.

Essa distinção - Estado enquanto política e Estado de cunho social – seria o próprio efeito criado pelo Estado através de dispositivos ideológicos que criam uma

falsa ideia de separação da realidade social. Assim, para compreender o Estado e seu funcionamento, é necessário perceber como ele se constrói no cotidiano dos indivíduos, considerando seus impactos e como seus aparatos são postos em prática. Desse modo, pensar o Estado apenas enquanto instituição abstrata é uma leitura falha, pois desconsideramos os processos que interferem diretamente na prática cotidiana dos indivíduos.

Ao abordamos as políticas de patrimonialização enxergamos as mesmas enquanto políticas de Estado, que exercem impactos diretos nos grupos aos quais são destinados.

Para Akhil Gupta (20015) as práticas cotidianas permitem compreender o Estado através de seu caráter ideológico e histórico, sendo que esses processos também possibilitam imaginar os grupos sociais e as estratégias que são geradas pela ação política. Em um texto interessante para se pensar o Estado como produção simbólica e cultural, Gupta e Ferguson (2002) afirma que os Estados são unidades construídas que se tornam socialmente efetivas por meio de dispositivos imaginativos e simbólicos.

Nas teorias apresentadas aqui, podemos compreender o Estado para além de uma instituição distante das práticas cotidianas dos indivíduos, sendo o mesmo criado por processos que exercem influência sobre as ações dos indivíduos e seus contextos.

Com isso, pensar as políticas de patrimonialização é refletir sobre como o Estado atua na vivência dos grupos da cultura popular em Barbalha, em virtude de que esse processo ocorre via a chave da patrimonialização, que disponibiliza ao Estado o direito de resguardar a festa e seus bens.

Nessa perspectiva, as políticas de patrimonialização não devem ser compreendidas como relações antagônicas entre o Estado (enquanto instituição) e os grupos da cultura popular (beneficiadores dessas políticas). Antes disso, é necessário levar em consideração que o Estado se constrói na vida cotidiana dos indivíduos, e que essas políticas de patrimonialização fazem parte desse processo em que o Estado exerce uma dominação política sobre a festa e os grupos populares. É válido de nota que nesse panorama existem interesses e lógicas diferentes entre agentes públicos e privados.

Assim, problematizamos a ideia do patrimônio enquanto instrumento unicamente de tutela do Estado sobre a festa, pois ao fazer isso, esquecesse-se que o patrimônio imaterial é, sobretudo, reconhecimento, valorização e memória que se dá tanto ao nível de Estado quanto nas relações entre os grupos populares e seu contexto.

No dia 26 de maio de 2018, teve início à festa de Santo Antônio, na

oportunidade, realizei trabalho de campo, que contou com a escrita de caderno de campo e entrevistas com alguns membros dos grupos populares, ativistas e pessoas que encontrei aleatoriamente na festa.

O título do artigo começa com a seguinte frase “A cultura somos nós”, tal relato foi concedido por seu Antônio⁵, ao ser questionado por mim, qual o papel que os grupos populares exercem no contexto da festa. Seu Antônio, que já participa da festa há alguns anos demonstra indignação com o atual cenário que os grupos populares estão submetidos. Perguntado se eles (os grupos populares) haviam ganhado maior visibilidade com a patrimonialização, ele diz:

Precisava ter, mas não tem. Precisava ter só que não tem (tom de voz alterado). Eu sou quem compro meus materiais, eles só pagam a costura. Eu, o mestre! (ênfatisou) Reisado é um bicho costoso e essa questão financeira interfere na nossa apresentação, porque a gente faz uma brincadeira dessa aqui e o cache que dão a gente é de R\$ 800, que é dividido para 18 pessoas. Eu não posso ficar com o dinheiro só para mim, eu não ganho ele só. Tem que dividir (Entrevista realizada com Seu Antônio, no dia 26 de Maio de 2018).



Figura 3- Seu Antônio e seu filho dançando o reisado, Barbalha, 2010.

Fonte: elaborada pela autora.

Seu Antônio aponta para a questão financeira, que segundo ele são precárias. No entanto, essa desvalorização não se dá apenas sobre esse quesito. Para ele, falta reconhecimento, “A cultura somos nós. Sem nós não existe cultura. Eles não dão valor à cultura, e os que estão lá dentro não sabem nem o que é cultura”. Quando seu Antônio retrata “os que estão lá dentro”, o mesmo está se referendo aos agentes do governo, que

⁵Seu Antônio é dono de um dos grupos de congos que se apresenta na festa. Ele afirma que há mais de 35 anos que participa da comemoração, juntamente com seus filhos, genros, noras e netos.

segundo ele, não compreende o que é cultura.

Para Verônica⁶, falta investimento público para a cultura, segundo ela: “Essa festa é construída no lombo de muita gente. Os grupos artísticos que você está vendo aqui ficam renegados o ano inteiro, sendo utilizados como um objeto para enfeitar a festa no dia de hoje”.

O relato de seu Antônio e de Verônica nos possibilita pensar os processos de burocratização que ocorre via institucionalização. Seu Antônio, especificamente, relata a dificuldade do repasse das verbas para o seu grupo. Em uma situação de campo, que ocorreu no dia mencionado, o encontro entre os agentes do governo, seu Antônio e eu (pesquisadora) possibilitou-me enxergar como o Estado utiliza sua burocracia na vida cotidiana dos indivíduos.

Seu Antônio estava empolgado ao me relatar à dificuldade da cultura popular em permanecer no espaço da festa, que passa a cada ano por modificações intensas. Em certo momento, quando ele me apontava sobre a realidade do seu grupo de reisado veio uma integrante do poder público municipal, que organizava o desfile dos grupos populares. Nessa hora, a moça pediu que todos os grupos se encaminhassem para onde sairia o cortejo pelas principais ruas da cidade. Seu Antônio não excitou em puxar a moça pelo braço, dizendo: “Venha conversar com a pesquisadora aqui. Ela quer saber sobre a festa e sobre nossos grupos”. Nessa hora, a moça ofertou um sorriso tímido e rapidamente disse: “Infelizmente agora não poderei disponibilizar nenhuma informação, pois estou organizando os últimos ajustes para a saída do cortejo”. Se despedindo, a moça aperta minha mão e sai. Seu Antônio não satisfeito com a situação continua: “Tá vendo aí”? É sempre assim. “Eles não ligam para nossa situação, quando nós vamos atrás de algum benefício é sempre essa burocracia danada.”

As falas de seu Antônio manifestam sua indignação, tanto com o lado financeiro, quanto com a questão da desvalorização social dos grupos populares, faltando investimento, espaço e reconhecimento. Michel Herzfeld (2016) aponta as raízes da burocratização e como estas fazem emergir o que o autor chama de negligência. Para ele, o descuido das autoridades faz com que haja a negação da identidade dos indivíduos por meio dos processos de burocratização, que ocasionam na ineficiência do sistema.

No relato mencionado acima, percebemos como os grupos populares, de acordo com seu Antônio, tem dificuldade de acessar os seus direitos por intermédio dos

⁶ Interlocutora da pesquisa entrevistada no dia do evento. Ela é diretora da Marcha das Mulheres do Cariri.

processos burocráticos. Isso se faz evidente através das tensões demonstradas entre o encontro de gestores e os membros dos grupos populares.

A burocratização consiste em um fenômeno social, que comporta tensões entre as normas oficiais e os valores que são localizados no grupo. Através disso, compreendemos os processos de patrimonialização como uma via de mão dupla, que conta com a interferência do Estado e da comunidade para criar os sistemas burocráticos, que são acionados e manipulados por razões políticas.

É visível a interferência do Estado na festa por meio das políticas de patrimonialização, que disponibiliza aos diferentes sujeitos agenciar sua participação dentro desse contexto, resultando em processos burocráticos que compõe a própria noção do patrimônio imaterial. Os grupos populares, então se vêm refém dos processos burocráticos que se dão tanto na esfera municipal, quanto a nível nacional.

O direito a memória e ao espaço

A categoria memória é cara para os estudos sobre patrimônio. É através dela que as populações reivindicam para si o caráter de “autenticidade cultural”. Autenticidade no sentido de verdadeiro, de raiz. Na festa que aqui analiso tal conceito é de extrema importância para enxergar como as políticas de patrimonialização se apropriam de tal ideia para construir uma narrativa de preservacionismo. Por outro lado, os grupos populares também recorrem a esse conceito para demarcar seu espaço.

Nesse cenário, a memória é constantemente agenciada como mecanismo de legitimação, seja para os preservacionistas ou para os próprios grupos que sofrem os impactos das políticas de patrimonialização. Assim, a memória é uma construção do passado, que negocia relações de poder com diversos setores da sociedade no contexto presente.

Para Elsa Blair-Trujillo (2011) a memória fábrica as identidades dos sujeitos, evidenciando o pertencimento que eles têm para com sua cultura. Assim, a memória é fruto da dimensão coletiva, produzida e compartilhada com outros em determinados espaços. Ela reforça os laços de pertencimento, solidariedade e sociabilidade, mas também anunciam os conflitos e negociações, tensões e rupturas, lembranças e esquecimentos.

Essas tensões são evidenciadas na festa, quando os membros acionam suas memórias como mecanismos de legitimação. No contexto estudado existe uma polarização entre os sujeitos que afirmam que a festa está passando por grandes

transformações, e que por isso está perdendo o seu caráter tradicional. Do outro lado, os indivíduos que afirmam que essas mudanças são essenciais para que a festa continue a acontecer.

No campo realizado no ano corrente, conversei com um rapaz chamado Toninho⁷. Ele me relatou que já participa a alguns anos da festa de Santo Antônio, indo todos os anos apenas pela parte da manhã, pois segundo ele, no período da tarde não tem mais o que se ver. Toninho, um rapaz que tem por volta de trinta e poucos anos, relembra os tempos passados dizendo:

Já faz um bom tempo que eu e minha companheira vamos à festa, todos os anos, não é meu amor?! Mas a gente sente que essa tradição está cada vez mais escassa. Os grupos populares só se apresentam uma única vez, durante toda a festa. Quando é à tarde, não se vê mais nada da tradição, só o cortejo do pau, mas o carregamento virou uma esculhambação⁸. É bebedeira, é briga, e esses forrós que ninguém entende a letra. As coisas mudaram. Mudaram para pior (Entrevista realizada no dia 26 de Maio de 2018).

Para Toninho, os processos de mudança ocorridos na festa são visíveis a cada ano que se passa, sendo que para ele a festa vem perdendo o seu caráter de raiz. O interlocutor afirma que, não se trata de pensar a festa a partir de algo estático, que não sofre mudanças com o tempo, mas preservar e dá subsídios para que os grupos populares tenham a chance de se manter dentro dessa dinâmica constante que é a festa.

De acordo com Blair-Trujillo, a memória tem a capacidade de criar heróis e vilões. No caso do relato acima a modernidade seria considerada pelos setores mais conservadores como algo ruim. Assim, Toninho aciona sua memória como legitimadora do discurso que compreende que a festa vem perdendo sua identidade ao longo dos anos. Ele aponta que as principais causas para isso acontecer é a participação do mercado.

Eu, como historiador, fico sempre atento para pensar os processos históricos e percebo que essa presença do mercado, que trás grandes nomes da música nacional, como por exemplo, Aviões do Forró contribuí para a escassez de recursos dos grupos que mais precisam. Então, se privilegia o nacional e esqueci o local (Entrevista realizada 26 de maio de 2018).

Ao relatar suas memórias, o interlocutor privilegia alguns fatos em detrimento de outros, apontando para a seletividade da memória que é utilizada como mecanismo legitimador do discurso empregado pelo sujeito. Assim, a memória será acionada de maneira distintiva por cada setor da sociedade, criando uma memória local e nacional.

Para Chagas,

⁷Formado em História e professor da rede estadual do Ceará.

⁸Algo que foge a norma, algazarra, brincadeira.

Ao assentar a lupa sobre o tecido resultante da costura entre memória e poder, o pesquisador coloca-se em condições de compreender a teia de forças que lhes confere sentido. Memória e poder exigem-se. Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento da sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável. A ação política, por seu turno, invoca com frequência, o concurso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente (2003. P. 141).

Na festa aqui analisada a memória é constituída através de arenas políticas e de relações de poder conflituosas.

Dentro desse contexto, pode-se enfatizar a existência de uma memória oficial que é construída sobre a rédea da patrimonialização, onde existe o discurso que privilegia a tradição, os grupos populares, o sagrado como elementos constitutivos da festa. Nessa perspectiva, notamos a existência de certo tipo de essencialismo, que enxerga a festa a partir da noção de tutela do Estado, cabendo a ele administrar e proteger os direitos de toda uma comunidade. Assim, o Estado enquanto institucionalizador e agente da memória oficial propõe uma estatização da memória, negando a pluralidade da mesma.

A memória que é tida como oficial na festa de Santo Antônio é a que se alia aos aspectos vindos da tradição. No entanto, essa mesma memória será agenciada de forma diferente como já apontamos aqui. Para o Estado, a memória se daria via a patrimonialização, que em tese serve para construir a ideia de um valor nacional. Frente a isso, podemos destacar que os bens tombados e os museus, que são administrados via instituição estatal, são importantes para a construção da memória oficial de uma nação.

No entanto, com a participação dos próprios agentes sociais dentro desse contexto de construção e reivindicação da memória começa-se a questionar a própria ideia de nação e a construção do próprio patrimônio, sendo por vez reivindicada pelos próprios integrantes de tal comunidade. Isso fica evidente através dos discursos dos entrevistados, quando os mesmos afirmam que a sua tradição está acabando e que o Estado pouco tem feito para reverter essa situação.

Blair-Trujillo (2011) questiona a ideia pela qual a memória se daria apenas via estatização, sendo necessário descentrar a figura do Estado. Isso pode ser feito através do momento em que a memória passa a ser vista como a memória do espaço onde a mesma acontece e com a intervenção dos sujeitos que delas participam. Assim, percebe-se que os sujeitos reivindicam para si tanto sua memória como a forma com que ela está sendo repassada aos demais.

Para Marta Zambrano (2000), as memórias são confrontadas através das condições históricas que as mesmas são gestadas. Frente a isso, podemos ver como os discursos sobre a memória são agenciados partindo da ideia de tradição, mas acionados por dispositivos diferentes. Se tanto seu Antônio, Verônica e Toninho afirmam a necessidade de manter viva a tradição, esse discurso também é formalizado através da patrimonialização. No entanto, para os membros dos grupos populares isso não acontece.

Neste terreno de negociações estão situadas as relações de poder como mecanismo de circulação e transmutação da memória. Ou seja, a memória que é apresentada é a memória que o grupo dominante deseja, no caso, a memória da patrimonialização. Essas memórias são por vez conflitivas, em virtude do seu acionamento por grupos específicos, com relações de poder também específicas. Desse modo, ambos os sujeitos se utilizam da memória para demarcar o seu lugar dentro do contexto festivo.

Assim, percebemos o jogo de poder, onde instituições distintas se auxiliam da memória para legitimar o seu discurso. Se as políticas de patrimonialização recorrem à categoria da memória como necessária de preservação, os grupos populares também os fazem, no entanto de forma diferenciada. Os mesmos remontam suas memórias como uma trajetória de resistência frente aos desafios de se manterem em uma festa que sofre rápidos processos de mudança. Desse modo, a memória está para além de uma lembrança solta no tempo, ela é antes símbolo da resistência dos grupos populares que demarcam o seu lugar através da mesma.

Considerações finais

As festas populares ocupam lugares importantes na nossa cultura, são espaços que relacionam vários segmentos sociais a fim de produzir referências culturais das culturas de onde são gestadas. No Cariri, a festa de Santo Antônio constitui uma das referências mais importantes para se pensar a cultura local. É difícil pensar nesta festa sem levar em consideração a ideia de religiosidade, tradição, devoção, espetacularização. A presente festa pode ser percebida como um caldeirão da cultura popular, suas músicas, seus sons, suas imagens fazem compor o cenário perfeito para relacionar diversas discussões caras ao campo antropológico.

Para além de suas imagens que demonstram a sua importância cultural, a festa disponibiliza pensar as relações estabelecidas entre Estado, memória e as políticas de

patrimonialização a fim de complexificar ainda mais o campo de pesquisa.

Esse artigo teve o intuito de apontar algumas questões que envolvem a problemática da patrimonialização e seus efeitos nos grupos da cultura popular. Para isso, buscou-se pensar a festa de Santo Antônio como um celeiro que comporta diversas manifestações da sociedade barbalhense, sendo elas de viés religioso, profano, econômico, turístico e etc.

A festa tem sua imagem ligada ao tradicionalismo, podemos dizer que isso compõe a memória oficial do evento. Os indivíduos se utilizam de tais memórias para tornar-se distintos das demais festas que ocorrem no Cariri. É na festa de Santo Antônio que se pode presenciar o tempo nas suas diversas formas, o passado, o presente e o futuro.

Como foi apontado ao logo do trabalho, a festa passou pelo processo de patrimonialização, no entanto, os conflitos inerentes a essa preservação é sentido através dos relatos dos entrevistados. Nessa perspectiva, entendemos que o patrimônio imaterial não diz respeito apenas à preservação, mas significa também intervenção nas realidades dos grupos populares que fazem parte da festa.

Merecem destaque nesse cenário, dois pontos relevantes para compreender como as políticas de patrimonialização se fazem presentes no festejo. O primeiro faz referência a questão financeira, que segundo alguns membros dos grupos populares, o investimento é pouco e a burocracia para se conseguir alguma coisa faz com que muitas pessoas deixem de praticar suas danças. O segundo faz alusão à questão da desvalorização social vivenciada pelos grupos. Esses dois pontos foram mencionados tanto pelos membros dos grupos, quanto pelos indivíduos que comparecem ao evento. Através disso, podemos ver como o Estado atua por intermédio de políticas públicas que asseguram a preservação e valorização da festa e seus grupos, no entanto, tais políticas são contestadas através dos discursos dos próprios participantes.

Sant'Ana (2013) afirma que os maiores riscos para a manutenção da cultura popular consistem no turismo predatório, apropriação pela mídia, indústria e a comercialização. No entanto, percebemos que tais aspectos andam de mãos dadas com as políticas de patrimonialização, em virtude de que quando ocorre o tombamento o governo passa a atuar mais diretamente nesse cenário, possibilitando cada vez mais a comercialização e a propagação do turismo e do mercado.

A patrimonialização é a chave para a preservação da festa e dos grupos que dela participam. No entanto, tais políticas merecem ser constantemente revisitadas a fim de

contribuir para o desenvolvimento da festa em seu conjunto. Lógico, que essa discussão sempre esbarrará na forma como o governo, a nível municipal, manuseia tais investimentos, mas não nos deteremos a essa discussão agora. O que nos é importante pensar é a forma como essa patrimonialização chega aos grupos, que como já apontado é cheia de lacunas e merece um estudo mais detalhado.

Falar em patrimonialização é perceber que existem relações de poder atuando a todo tempo, mostrando os discursos que cada setor se utiliza para legitimar o seu lugar de fala no universo cultural diversificado da festa.

A patrimonialização de fato é importante para disponibilizar uma imagem a nível nacional da festa, mas ela por si só não oferece os mecanismos para sua existência. É necessário que a sociedade reconheça a sua importância e junto com as políticas estatais assegurem a sua continuidade.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

Referência bibliográfica

ABRAMS, Philip. Notas sobre la dificultad de estudiar el Estado. P. 17-20. In: Phelip Abrams. Akhil Gupta e Timothy Mitchell (org) Antropología del Estado. México: Fondo de cultura Económica, 20015.

AMARAL, Rita de Cassia. **Festa à brasileira- Significados do festejar no País que “não é sério”**. São Paulo: USP, 1998. Tese de doutoramento em antropologia social.

BLAIR-TRUJILLO, Elsa. Memorias de violencia, espacio, tempo y narración. In: Controversia. 185 dic. Bogotá: CINEP, 2005.

_____. Memoria y poder: (des) estatilizar las memorias y (des) centrar el poder del Estado. Universitas Humaníticas, 72. Bogotá: PUJ, 2011.

DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa; O sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

FERGUSON, Jmaes; GUPTA, Akhil. “Spatializing states: toward an athnography of neoliberal governmentality”. In: American Ethnologist, v. 29, n. 4, p. 981-1002. 2002.

FONSECA, M. Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Edufrj/Minc/IPHAN, 1997.

_____. “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”. In:_____. Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2ª. Edição, 2009. Morais da (Orgs). Sentidos de devoção festa e carregamento em Barbalha. Fortaleza: IPHAN-CE, 2013.

CHAGAS, Mário. **Memória política e política da memória**. In: Memória e Patrimônio ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

HERZFELD, Michael. Introdução, “As raízes da indiferença” e “Descalssificações”. P. 11-24; 53-72 e 149-173. In: A produção social da indiferença: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. “A poeira do tempo e as cidades tropicais, um ensaio interpretativo do patrimônio e as dinâmicas de cultura em sociedades complexas”. In:_____. Paisagem e cultura. Belém: Editora UFPA, 2009.

SANT’ANNA, Márcia. “A festa como patrimônio cultural: problema e dilemas da salvaguarda”. In:_____. Observatório Itaú Cultural 14. São Paulo: Itaú Cultural, 2013.

TURNER, Victor. O processo ritual. Editora Vozes, 2013.

ZAMBRANO, Marta; GENECO, Cristóbal. Introducción: El pasado como política de la historia. In: Memorias hegemónicas, memorias disidentes. Bogotá: ICANH, 2000.